

## **“MINHA CASA, MINHA VIDA”: POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA PARA AS MULHERES?**

**SANTOS, Jéssica Gomes\***

**Eixo Temático: Política Social e Serviço Social**

**RESUMO:** A partir da grande notoriedade que o recorte de gênero adquiriu junto às políticas sociais brasileiras nas duas últimas gestões do poder executivo federal, se presencia a afirmação da importância da mulher como responsável pela titularidade em programas sociais federais como “Bolsa Família”, de transferência de renda, e “Minha Casa, Minha Vida”, de habitação popular, no desenvolvimento do processo de sua emancipação. Assim, neste trabalho, buscamos analisar determinantes que se inserem na construção de uma possível emancipação política para a mulher usuária do programa “Minha Casa, Minha Casa”, em meio à políticas sociais setoriais no contexto da Mundialização do Capital, e no projeto brasileiro neodesenvolvimentista.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulher; autonomia; emancipação política; políticas sociais; neodesenvolvimentismo.

---

\* Graduada pela Universidade Federal Fluminense e Assistente Social na prefeitura de Campos dos Goytacazes  
Email: jessicagomes07@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

De acordo com Duque-Arrazola (2009), é a partir do início dos anos 1990 que se estabelece a família que vive em extrema pobreza, configurada pela superpopulação relativa e pela nova figura salarial feminina, - força de trabalho feminina que presencia a flexibilização e a informalização segundo Hirata (2000) -, como o centro das intervenções das políticas sociais públicas brasileiras, seus programas e serviços, principalmente da política de Assistência Social.

Porém, mesmo que a chamada matricialidade sociofamiliar, isto é, a família como ponto central de intervenção do Estado, faça parte das intervenções estatais desde a década de 1990, é a partir do ano de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) assume a Presidência da República que, as políticas sociais ganham maior destaque no cenário nacional, principalmente pela notoriedade do programa de transferência de renda “Bolsa Família”, no qual pode-se observar o real público alvo das políticas sociais com o recorte da matricialidade socialfamiliar: a mulher, quando essa é prioridade na titularidade do programa.

Segundo Cohn (2015), as mulheres correspondem à 93% da titularidade das famílias cadastradas no programa “Bolsa Família” e esse formato foi mantido no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011- 2016<sup>1</sup>). Dados mostram que a mulher representa 89%<sup>2</sup> da titularidade no programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, no que corresponde à faixa um do programa, famílias que recebem até R\$1.600,00 mensais. Foi no governo da ex-presidente que o recorte de gênero ganhou ainda mais notoriedade, quando passou a fazer parte de discursos entusiastas de seus ministros, os quais traziam a mulher como o símbolo<sup>3</sup> do programa “Minha Casa, Minha Vida”, que assim como o programa “Bolsa Família”, teve um grande destaque no seu governo.

É a partir deste contexto que apresentamos o trabalho, que é um desdobramento do trabalho final de graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, da Universidade Federal Fluminense. E tem como objeto a análise das possibilidades da titularidade da mulher no programa “Minha Casa, Minhas Vida” efetivar ou contribuir no desenvolvimento de sua emancipação política.

Já no que tange aos objetivos do trabalho, procuramos problematizar se o recorte de gênero na titularidade da unidade familiar do programa “Minha Casa, Minha Vida”, ocorreu como um fator de importância no processo de conquista da emancipação política da mulher usuária do programa e refletir se esse efetivou ou contribuiu na efetivação do processo de

---

<sup>1</sup> Presidente reeleita no ano de 2014, e que através de um processo de impeachment instaurado em abril de 2016, teve seu mandato cassado em agosto do mesmo ano.

<sup>2</sup> <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/governo-reforca-titularidade-das-mulheres-em-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>

<sup>3</sup> <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/02/201c-simbolo-do-minha-casa-minha-vida-e-a-mulher-brasileira2014-diz-ministro>

emancipação política. E no que corresponde a metodologia utilizada, apresentamos uma pesquisa qualitativa bibliográfica e documental a partir de reportagens, com um breve estudo sobre abordagens teóricas relativas à mulher na sociedade capitalista e trabalhos acerca do programa “Minha Casa, Minha Vida,” já que ao contrário do programa “Bolsa Família”, em nossas pesquisas não tivemos acesso a materiais que discutissem o recorte de gênero no programa habitacional.

## **DESENVOLVIMENTO:**

### **1- A Mulher e a Matricialidade Sociofamiliar**

A inserção da mulher na sociedade capitalista patriarcal até os dias atuais se concretiza através de processos de dependência e submissão, mesmo que tenhamos presenciado muitos avanços no que corresponde a conquista de direitos. A mulher ainda presencia vínculos de trabalho precarizados e em uma parcela significativa, as atividades de menos remuneração e prestígio. E também é a que mais sofre com os desmontes das políticas e direitos sociais.

De acordo com Carlotto e Mariano (2012), ao apontarem os resultados do Censo 2010 (IBGE), explicitam a realidade que atingiu a classe trabalhadora e mais profundamente a mulher, a partir da década de 1990 com a intensificação da precarização, flexibilização e informalidade do trabalho, juntamente com o rebaixamento dos salários. De acordo com o Censo 2010, a mulher é parte majoritária da população brasileira que vivencia a situação de extrema pobreza, o que representa 50,5% dos habitantes, cerca de 8,2 milhões mulheres que vivem com até R\$ 77,00 mensais.

Segundo Duque-Arazola (2009), é a mulher da classe trabalhadora, a mais afetada em tempos de *Contrarreforma* e de potencialização dos desdobramentos da “Questão Social”. E para Barros, Braga e Freitas (2012), é essa mulher a principal responsável pela construção de laços sociais de solidariedade e de proteção, na ausência do Estado. As autoras apresentam o termo “proteção social informal”, que são “estruturas informais que contribuem para a sobrevivência, proteção, e integração de certos grupos sociais” (BARROS; BRAGA; FREITAS, 2012, p. 113), que na ausência do Estado, se dá através da família e da vizinhança. Para elas, a concepção de proteção social informal exemplifica o papel que a família tem na promoção cotidiana de bem-estar e nas estratégias de sobrevivência.

De acordo com Couto et al. (2010), a matricialidade sociofamiliar, possui um caráter contraditório, tanto “pode favorecer a melhoria de suas condições sociais, como pode sobrecarregar e pressionar ainda mais as famílias, exigindo que assumam novas responsabilidades diante do Estado e da sociedade.” (COUTO et al., 2010, p.76) Para as autoras, é a ordem neoliberal com seus valores, que traz a tentativa de “deslocamento dos

conflitos e contradições que tem fortes raízes societárias, como os de classe, gênero ou etnia, para os âmbitos privados da esfera doméstica, das relações intrafamiliares e comunitárias.”

Duque-Azarrola (2009) afirma que presenciamos, portanto, uma Política de Proteção Social com “*caráter sexuado*”, o qual se baseia na “representação social da ideologia patriarcal sobre a mulher,” que a associa e identifica com a família e com a reprodução. Segundo ela, “a família é corporificada na mulher em razão da maternidade, do trabalho doméstico e reprodutivo dos cuidados, os que não são concebidos como trabalho, só como ajuda, como doação das mulheres e obrigação destas.” (DUQUE-ARRAZOLA, 2009, p. 5)

## **1.2 – O Neosenvolvimentismo e o programa “Minha Casa, Minha Vida”**

Inicialmente o programa “Minha Casa, Minha Vida”, foi explicitado como um grande diferencial na trajetória das políticas habitacionais brasileiras. Autores como Maricato (2015) apontavam o programa como um grande avanço “após 23 anos de rumos erráticos das políticas públicas na esfera federal” com o lançamento do Programa de Aceleração (PAC), em 2007, e a sua criação em 2009.

De acordo com Hirata (2009), o Plano Nacional de Habitação de 2009, que ofereceu as bases para o programa ser implementado, previa a construção de 1.000.000 de moradias, sendo 40% destas, destinadas a maior faixa de déficit habitacional brasileira, que corresponde às famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, apresentando de acordo com Maricato (2009), a possibilidade de “pela primeira vez ter subsídios significativos para as famílias de baixa renda (entre 0 e 3 salários mínimos)”.

Contudo, após seis anos de programa, Rolnik (2015) afirma que “o programa não conseguiu levar em conta a dimensão territorial como um aspecto relevante de uma política habitacional orientada para a universalização do acesso à moradia em condições adequadas.” (ROLNIK, 2015, p. 128)

Para a autora, o programa se afastou das diretrizes urbanísticas e normas que faziam parte da política habitacional inicialmente, e que se pautavam em estratégias de enfrentamento do déficit habitacional, quando se aproximou de “uma agenda atrelada à fatores macroeconômicos e setoriais” (ROLNIK, 2015, p.131). Segundo Rolnik (2015) o lançamento do programa se concretizou como “uma medida emergencial para minimizar o impacto da crise global de 2008 sobre o emprego e o crescimento econômico” (ROLNIK, 2015, P. 130), e envolveu o interesse das “construtoras, dos governos locais e do governo federal para que o programa rodasse” (ROLNIK, 2015, p.131), deixando de lado preocupações como “a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente.”(ROLNIK, 2015,

p. 131)

A partir deste ponto, é preciso situar o contexto político, econômico e social desse período, desde a criação, e implementação até as construções dos condomínios do programa. Assim, é necessário analisar as políticas sociais nos governos dos ex-presidentes Lula (2003 – 2011), e Dilma Rousseff (2011 - 2016).

De acordo com Alves (2014) o projeto de desenvolvimento realizado no governo do ex-presidente Lula, efetivou um salto qualitativo principalmente, no que corresponde o processo de combate à desigualdade social, bem como, trouxe mudanças positivas para a macroeconomia do trabalho, como a redução do desemprego. Porém não desmontou a sociedade política oligárquica burguesa, uma herança da ditadura, que persistiu impedindo o avanço ideológico das massas.

Segundo Alves (2014), o governo do ex-presidente Lula, mostrou uma grande contradição entre as promessas e expectativas de reforma social do modelo capitalista em curso, no qual, presenciou-se estrangulamentos do orçamento público da União pelo comprometimento com a amortização e serviços da dívida pública para as mãos do capital financeiro. Para o autor, o neodesenvolvimentismo – como ele chama o projeto de governo do ex-presidente Lula - não tinha condições de contestar o capital, mas também possuía a necessidade de responder as demandas sociais.

De acordo com Rolnik (2015), o padrão de inserção urbana dos empreendimentos do programa, reafirma a predominância de um modelo de urbanização excludente e precário na maior parte das cidades do país, especialmente nas principais regiões metropolitanas. Rolnik (2015) afirma que, estes condomínios são construídos geralmente em áreas onde já existem conjuntos de habitação popular, que “apresentam poucas oportunidades de emprego, condições precárias de infraestrutura, serviços e equipamentos básicos, além de sérias restrições de mobilidade urbana”. (ROLNIK, 2015, p. 134). Para Rolnik (2015, p.134), o programa reafirmou “para os pobres que seu lugar é realmente a periferia das cidades

A autora aponta, que o programa “Minha Casa, Minha Vida” absorveu a moradia pela lógica de inclusão através do consumo, a qual, a moradia para a baixa renda se torna uma “mercadoria a ser acessada por meio de relações de mercado e como apenas um negócio para as empresas privadas” (ROLNIK, 2015, P.131). Assim, segundo Rolnik (2015), o programa desde o seu surgimento não se realizou através de discussões relevantes para a reflexão dos desdobramentos da cidade capitalista e sua desigualdade estrutural.

Rolnik (2010) assim questiona a profundidade do Plano Nacional de Habitação de 2009, e sua possibilidade efetiva de enfrentar o déficit habitacional, quando para a autora, o plano trazia apenas um alto investimento no mercado de construção de moradias,

umentando a disponibilidade de crédito, sem uma discussão profunda sobre a regulação do solo, e definir quais os lugares destinados para a moradia popular, mesmo que já tenhamos instrumentos para isso.

De acordo com Hirata (2009), o Plano Nacional de Habitação de 2009, apenas cita a regulamentação fundiária como uma forma de obter um barateamento das obras, e não vai à raiz da questão da segregação socioespacial. Para a autora, é neste ponto que estudiosos da área apontam para a diferença entre medidas de fomento a construção civil – com as distintas formas de desoneração da indústria da construção, desconectada de estratégias urbanísticas e fundiárias – e política habitacional.

Todos estes fatores se expressam na realidade cotidiana da população que vive nos condomínios do programa “Minha Casa, Minha Vida” espalhados pelo Brasil. São realidades complexas, marcadas também por relatos de problemas estruturais nas casas como rachaduras, e ausência de equipamentos públicos básicos e opções de lazer. Assim como, alagamentos após fortes chuvas, e casos de violência, nos quais, a população vivencia a insegurança, com vários conjuntos habitacionais controlados por traficantes e milicianos. Toda essa realidade se torna ainda mais complexa e delicada quando se trata das moradoras desses condomínios.

### **1.3 A Realidade das usuárias do programa “Minha Casa, Minha Vida”**

De acordo com a reportagem do site G1<sup>4</sup>, o recorte de gênero no programa “Minha Casa, Minha Vida” se potencializou através de uma medida provisória, editada pela ex-presidente, no dia 8 de março de 2012, que além de priorizar as mulheres com renda familiar de até R\$ 1.600,00 - denominada como faixa 1 do programa - para a titularidade do programa, estabeleceu que em casos de divórcio, a casa ficaria com a mulher, exceto quando a guarda dos filhos for exclusiva do pai.

Em declaração<sup>5</sup> oficial, a ex-secretária Eleonora Menicucci, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, afirma que o programa “Minha Casa, Minha Vida” foi “um pontapé” para a conquista da cidadania das mulheres à medida que adquiriram suas casas próprias. A ex-secretária, na ocasião, afirmou essa teria sido uma questão essencial do então governo para a inclusão de gênero nas políticas públicas. Na mesma matéria do site do Portal Planalto, temos uma declaração da ex-presidente Dilma Rousseff (2011 – 2016), em que afirma que a titularidade para a mulher no programa habitacional reforçaria a sua autonomia e seria importante, para o empoderamento das mulheres mais pobres do Brasil.

---

<sup>4</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/03/mulher-ficara-com-casa-financiada-pelo-governo-em-caso-de-divorcio.html>

<sup>5</sup> <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/governo-reforca-titularidade-das-mulheres-em-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>

(PORTAL PLANALTO, 2015)

É recorrente o uso dos termos empoderamento, autonomia e emancipação referentes à realidade da mulher. Entretanto, não entraremos nas reflexões sobre a possibilidade de autonomia e empoderamento da mulher, primeiramente por não conseguirmos fazer a discussão de tais termos no número estipulado de páginas e também pela base que fundamenta este trabalho ser a do materialismo histórico. Assim, as reflexões se ocorrem a partir do termo emancipação, a partir de Marx e apresentada por Montaño (2013).

Como já apontamos tivemos acesso a poucos materiais que relacionassem a mulher e o programa “Minha Casa, Minha Vida”. E mesmo, esses poucos mostraram a relação como algo positivo. Entretanto, em relação a realidade presenciada nos condomínios do programa, observamos muitas críticas nas reportagens.

Questões como distancias das antigas atividades como, trabalho e locais de lazer, endividamento, ausência de serviços básicos e públicos como transporte, educação e saúde foram relatados em quase todas reportagens com os moradores dos conjuntos do programa habitacional. Em materiais como dos jornais o “O Globo”<sup>6</sup> e “Extra”<sup>7</sup>, tivemos acesso a relatos de enchentes nos condomínios, nas quais os moradores perderam vários pertences.

Na reportagem do jornal “Extra”<sup>8</sup>, a população, após uma chuva forte, viu o conjunto habitacional e as suas casas serem invadidos pela água. Os relatos dos moradores são alarmantes e mostram o desespero da população que mesmo tendo suas casas invadidas pela água, permaneceu nelas por que não tem para onde ir, ou pelo temor de terem pertences roubados.

Em meio a esta realidade trazemos a fala de um morador

[...] “Em setembro, quando o condomínio foi inaugurado pelo prefeito Quaqué e a presidente Dilma Rousseff, prometeram que este lugar iria melhorar a nossa qualidade de vida. Sete meses depois, essa é a nossa realidade. Estamos desesperados.” (RIGEL, FONTE: extra.globo.com, 2016)

Na reportagem apresentada pelo jornal “O Globo”<sup>9</sup> os moradores de outros condomínios do programa espalhados pelo Brasil, relatam problemas estruturais, como rachaduras, ausência de equipamentos públicos e opções de lazer dentro dos conjuntos. Além dos casos de violência, nos quais, a população presencia a insegurança, com vários conjuntos controlados por traficantes e milicianos.

A apresentação desses relatos se dá no intuito, de provocar questionamentos correspondentes ao recorte de gênero nas políticas sociais e a possibilidade do desenvolvimento da emancipação política da mulher. Mesmo que tenhamos encontrado

<sup>6</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/as-condicoes-das-habitacoes-do-minha-casa-minha-vida-7943775>

<sup>7</sup> <http://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-resistem-sair-de-condominio-do-minha-casa-minha-vida-alagado-em-marica-18796114.html>

<sup>8</sup> Idem

<sup>9</sup> <http://oglobo.globo.com/brasil/primeiros-minha-casa-minha-vida-tem-violencia-abandono-17748427>

pouco material que relacione a mulher ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, observamos dificuldades para a efetivação direitos básicos da mulher e de todos os moradores dos condomínios. E no caso da mulher, por essa já sofrer com vários desdobramentos da ordem patriarcal e as atribuições que lhe são cobradas, essa realidade se torna ainda mais delicada quando esta se sobrecarregada ainda mais.

A partir desses apontamentos e relatos, trazemos a conceituação do termo emancipação política, apresentado por Montaño (2003) a partir de Marx, que aponta um uso “indiscriminado do termo - o que pudemos observar nas reportagens - remetendo-se à conquistas de questões diversas como a emancipação jurídica, a de cidadania, e da mulher”. De acordo com o autor, a emancipação não esta “representada por qualquer conquista de direitos sociais ou políticos, ou de redução de certas formas de desigualdades” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2003, p.130). Para ele o termo se relaciona

[...] ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma “liberdade” e uma “igualdade” formais dos cidadãos [...] representa conquistas importantes no progresso de direitos e igualdades (formais) humanos, mas realiza-se no interior da ordem social comandada pelo capital, na manutenção de um sistema estruturalmente desigual. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2003, p. 131)

As apresentação de Montaño (2003) nos leva a reflexão de que o programa “Minha Casa, Minha Vida” não possui a capacidade sozinho de concretizar o que é chamado de emancipação política, já que não se caracteriza pela universalidade, mas sim pela intervenção focalizada, e é estabelecido em meio à limites que não visam a efetivação da emancipação proposta por Montaño (2003), com base em Marx.

## **CONCLUSÃO:**

A relação existente entre recorte de gênero na titularidade do programa “Minha Casa, Minha Vida” e emancipação política se mostrou através das pesquisas realizadas, uma discussão pouco explorada e por isso, carente de material bibliográfico. Assim, compreende-se a relevância do presente objeto, e o questionamento se a partir da titularidade da mulher no programa, esta presenciou a efetivação ou uma contribuição no processo para que presenciasse a emancipação política.

A partir das análises apresentadas através da extensão deste trabalho, concluímos que o recorte de gênero no programa “Minha Casa, Minha Vida”, corresponde sim à um significativo avanço na vida da mulher da classe trabalhadora, afinal não se pode desconsiderar que a população beneficiária do programa agora tem a sua casa própria e em seu nome. O programa também se torna relevante pela notoriedade que possui e pelos investimentos que recebeu, - um aspecto inédito na história de programas de habitação popular no Brasil – mesmo que com muitos problemas e grandes lacunas.

O programa “Minha Casa, Minha Vida” possui relevância na intervenção do grande déficit habitacional brasileiro, que se concentra na base de nossa pirâmide social. Porém,



não se pode obscurecer os interesses que o impulsionaram e o impulsionam e os limites que lhe são impostos, em meio aos ditames do capital fetiche e as correlações de força que marcam os últimos governos federais. Esses limites, como a construção de condomínios nas áreas que tradicionalmente a classe trabalhadora já é empurrada, e que presenciam as mais diversas fragilidades, impossibilitam o caminho de políticas públicas como instrumentos de concretização real dos direitos sociais. Neste contexto, ao observamos o programa em questão, percebemos que esse se caracteriza pela focalização e pela fragmentação, aspectos que não possibilitam uma articulação dialética, que compreenda a totalidade da vida social de toda classe trabalhadora e especialmente a da mulher.

Apontamos, que para que o programa seja instrumento no processo de emancipação política da mulher, esse terá que ser reformulado e terá que efetivar uma articulação dialética com outras políticas setoriais como: trabalho, educação, políticas para mulheres, as que correspondem à auxílios na reprodução social de sua família como, por exemplo, creches e mobilidade urbana. Somente a partir destes pontos que iremos entrar no caminho efetivo de políticas emancipatórias, e concretamente intervir nas múltiplas opressões e explorações que mulher usuária das políticas sociais brasileiras presencia.

#### **REFERÊNCIAS:**

**BARROS, N. V.; BRAGA, C. D.; FREITAS, R. C. S.** Política social, famílias e gênero – temas em discussão. In: **VII Encontro Nacional de Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, 2012, Vitória.**

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. **Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família.** *Revistas Textos & Contextos*, Porto Alegre, n. 2, 2012.

COHN, Amélia. **Programa Bolsa Família: oportunidade e experiência da cidadania.** In: SOUZA, P. (Org.). Brasil, Sociedade em Movimento. 1 edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015. COUTO, B. R.; RAICHELIS, R.; YAZBEK, M. C. A. **Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.** In: COUTO,

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C. SILVA, M. O. RAICHELIS, R.; A. (Orgs.) O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2012.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **Determinantes de gênero e classe na política de proteção social: o caso dos programas de transferência de renda no Brasil.** In: I XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social - El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional de la

Universidad Católica Santiago de Guayaquil, 2009, Ecuador.

HIRATA, F. **“Minha Casa, Minha Vida”**: Política Habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação humana? Revista Aurora, ano III, n.4, 2009.

MARICATO, E. **As metrópoles brasileiras e a globalização neoliberal**. In: SOUZA, P. (Org.). Brasil, Sociedade em Movimento. 1 edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

ROLNIK, R. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação**. Cad. Metrop., vol.17, nº33. São Paulo, 2015.

### **LINKS DAS REPORTAGENS:**

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e a nova miséria espiritual das massas no Brasil. Blog da Boitempo, São Paulo, 07 jul. 2014. Disponível em:

<<http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/07/neodesenvolvimentismo-e-a-nova-miseria-espiritual-das-massas-no-brasil/>>. Acesso em: 28 nov. 2015

DANTAS, Tiago; MENASCE, Márcio. Primeiros Minha Casa Minha Vida têm violência e abandono. O Globo, Rio de Janeiro, 11 out. 2015. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/brasil/primeiros-minha-casa-minha-vida-tem-violencia-abandono-17748427>> Acesso em: 03 nov. 2015

MARICATO, Ermínia. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. Carta Maior, São Paulo, 27 mai. 2009. Disponível em:

<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>> Acesso em: 08 nov. 2015

Programa Minha Casa Minha Vida precisa ser avaliado – Nota pública da Rede Cidade e Moradia. Blog da Raquel Rolnik, São Paulo, 10 nov. 2014.

Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/11/10/programa-minha-casa-minha-vida-precisa-ser-avaliado-nota-publica-da-rede-cidade-e-moradia/>> Acesso em: 15 nov. 2015

ROLNIK, Raquel. Há mais imóveis vazios do que famílias sem moradia em São Paulo. Carta Capital, São Paulo, 09 dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ha-mais-imoveis-vazios-do-que-familias-sem-moradia-em-sao-paulo>> Acesso em: 03 nov. 2015

Governo reforça titularidade das mulheres em escrituras do Minha Casa Minha Vida.

Portal Planalto, Brasília, 01 jun. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/governo-reforca-titularidade-das-mulheres-em-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>>

Acesso em: 01 nov. 2015